

LIMITES SOCIOLOGICOS AO USO INTENSIVO DO BACEN-JUD

MARCEL CITRO DE AZEVEDO

Juiz Federal substituto do TRF/4ª região, professor da Esmafe-RS e
mestrando em Direito na UFRGS.

RESUMO: Este artigo apresenta um contraste entre os modelos capitalista e comunista da propriedade, fazendo o contraponto entre um Estado omissor, que nada realiza em prol de seus cidadãos, e o Estado máximo, que, por conta de sua intervenção contínua e estabaneada, acaba agredindo-os em seus direitos mais elementares. A partir do entrecchoque entre esses dois modelos, o artigo enfatiza a necessidade da moderação no uso da ferramenta Bacen-Jud, utilizada para o bloqueio de contas-correntes como modo de satisfazer o crédito fazendário, evitando-se tanto a postura de intervenção mínima adotada pelo Estado Liberal Clássico como a atitude de menoscabo ao mínimo existencial levada ao extremo pelo Estado totalitário.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia do Direito. Propriedade. Estado Mínimo. Lide Sociológica. Bacen-Jud.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Desigualdade. 2 O Estado ausente da questão social: capitalismo sem peias. 3 Totalitarismo comunista: terror de Estado. 4 Em busca de um meio termo estatal: socialismo utópico e social-democracia. 5 Estado Fiscal contemporâneo como pressuposto de Estado Social de Direito. Conclusão. Referências Bibliográficas.

Introdução

Uma das definições mais exatas da sociologia é aquela que a determina como um conjunto de conceitos, teorias e métodos aptos a permitir que se estabeleça “uma postura intelectual ordenada em face dos fenômenos de equilíbrio social (estrutura), de desequilíbrio social (mudanças) e de reequilíbrio social (reestruturação)”¹.

No ambiente brasileiro deste início de século, esses três fenômenos vêm ocorrendo cada vez mais simultaneamente: queremos tudo ao mesmo tempo agora. Nesse contexto de “um querer” extremado e incondicional,

1 CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. Sociologia do Direito. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2001, p. 20.

a sucessão cadenciada de equilíbrio e de desequilíbrio sociais encontra um reequilíbrio muito mais precário em nossa realidade multifacetada e extremamente mutável. Como se estivesse em queda livre, o mundo acelerou-se.

Tal aceleração impacta diretamente o Direito, de forma que qualquer estudo que almeje investigar seriamente uma questão jurídica deve preocupar-se também com suas raízes, firmemente presas ao tecido social. Por vezes, a lide jurídica é pretensamente resolvida sem que se solucione a lide sociológica a ela subjacente.

O aporte sociológico e o estudo de modelos alternativos de vida inserem-se no âmbito mais amplo das humanidades, projetando um modelo de operador de Direito “mais crítico por mais culto”, como já teve a oportunidade de expressar o jurista espanhol José Calvo Gonzalez, autor do livro *Direito Curvo*².

De fato, no campo sociológico-jurídico, a linha reta não é sempre a distância mais curta entre dois pontos. Hoje, o Direito não é mais retilíneo como foi outrora, e sim curvo. O Direito empedernido, quadrático e repleto de ângulos retos, que formam arestas, tende a se separar da vida e, por vezes, a dificultar; até mesmo a ignorar.

Em uma abordagem prática, penso que o aplicador do Direito afasta-se do que é humano – da vida em si – quando, por exemplo, faz uso não criterioso do Bacen-Jud, privando sem causa jurídica o réu de uma ação de cobrança – qualquer espécie de cobrança – dos meios para prover a sua subsistência.

Desde o advento da Lei Complementar 118/2005, a penhora eletrônica de valores em conta-corrente – também conhecida entre os operadores de Direito como ferramenta “Bacen-Jud”, pois foi desenvolvida a partir de um convênio celebrado entre vários órgãos do Poder Judiciário e o Banco Central – passou a ser considerada como meio preferencial para a ordem de indisponibilidade de ativos. Assim, tão logo citado o executado e não apresentados bens penhoráveis, o credor postula judicialmente o bloqueio de valores eventualmente existentes em contas-correntes de qualquer agência bancária do país.

2 GONZÁLEZ, José Calvo. *Direito Curvo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

O impacto social dessa medida é extremo. Com um simples “enter” no teclado de um computador, recursos financeiros indispensáveis para a manutenção do mínimo existencial tornam-se indisponíveis. Quando o bloqueio é realizado por provocação de Conselhos de Fiscalização Profissional – também habilitados a fazer uso da sistemática –, atinge-se com mais intensidade valores de pequena monta titulados por pessoas humildes³ ou mesmo hipossuficientes, desprovidas de capacidade contributiva e que sequer têm conhecimento de que devem dar a baixa no seu registro junto a autarquia profissional quando da aposentadoria ou da mudança de atividade.

A utilização não criteriosa da ferramenta “Bacen-Jud” redundaria em mais desigualdade, tema recorrente no livro *O Futuro Chegou*, de Domenico de Masi⁴. Particularmente interessante nessa obra é o contraste entre as abordagens capitalista e comunista da propriedade⁵, a visão de um estado omissor, que nada realiza em prol de seus cidadãos, permitindo a exploração da maioria pela minoria (Estado liberal clássico durante a Revolução Industrial), em contraponto a um Estado reduzido a mero mecanismo de perpetração do terror (Estado totalitário).

Tenho, assim, que os modelos de vida e os parâmetros sociais que serão apresentados nos tópicos a seguir oferecem balizas sociológicas bastante importantes para determinar o alcance do uso da ferramenta Bacen-Jud, procurando-se um meio-termo em que se evite tanto a omissão do aparato estatal – conforme se via no capitalismo sem peias da Revolução Industrial – quanto o excesso de intervenção, que, numa perspectiva extremada, pode redundar até mesmo em terror de Estado.

Nesse contexto, abordo em primeiro lugar a problemática da desigualdade. Foi justamente a tentativa multiseccular de superação de um modelo anti-isonômico e excludente o motor para que fossem idealizados vários paradigmas alternativos, que ora passo a sumarizar.

3 Pode-se citar, por exemplo, técnicos em enfermagem, em nutrição e em contabilidade, operadores de raio X, representantes comerciais de ganhos modestos, etc.

4 MASI, Domenico. *O futuro chegou*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

5 Em última análise, estabelecer limites no uso da penhora eletrônica via Bacen-Jud é procurar uma acomodação entre as tensões inerentes à manutenção do direito de propriedade e a necessidade de financiamento de nosso Estado Social e Democrático de Direito, com seus custos sempre crescentes.

1 Desigualdade

“Todos os homens nascem iguais, mas esta é a última vez que o são”. Esse inspirado aforismo de Abraham Lincoln bem sintetiza a busca permanente por alguma espécie de igualdade, busca sempre inconclusa, incompleta.

Um estudo contundente sobre a desigualdade é realizado na obra *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, um dos principais lançamentos de 2014. Seu estudo sobre a concentração de riqueza e a marcha da desigualdade ganhou manchetes em todo o mundo, gerou debates nas redes sociais e amealhou elogios de diversos ganhadores do Prêmio Nobel.

O livro apoia-se em dados históricos de mais de vinte países para concluir que o capitalismo tende a gerar um círculo vicioso de desigualdade, já que, no médio e no longo prazos, a taxa de retorno sobre os ativos é maior que o ritmo do crescimento econômico, o que acaba provocando uma concentração crescente da riqueza. Adverte o autor que uma situação extremada de desigualdade pode levar a uma crise institucional que venha a colocar em risco os valores democráticos, como já aconteceu nos anos 20. Salienta, ainda, que uma acertada e corajosa intervenção política foi capaz de reverter tal quadro no passado e que poderá voltar a fazê-lo se houver coragem suficiente para tanto.

De fato, é preciso coragem e discernimento para tentar colocar um freio no apetite dos grandes capitalistas financeiros supranacionais que movem as engrenagens do mundo econômico moderno. Ainda repercute a confissão de Warren Buffett, segunda maior fortuna dos Estados Unidos: “Existe uma Guerra de classes, é certo, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo esta guerra, e nós estamos ganhando”.⁶

Se há uma guerra de classes em andamento, como propalava Marx e conforme afirma o Sr. Buffett, pode-se dizer que, no Brasil, o topo dourado da pirâmide social já ganhou. Não a tão festejada Classe A, pois ela reúne assalariados, profissionais liberais e pequenos empresários cuja

6 Conforme noticiado no periódico norte-americano New York Times, edição de 15.08.2011 disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/08/16/business/buffett-calls-on-congress-to-raise-taxes-on-the-rich.html>>. Acesso em: 29.01.2015.

renda média por pessoa do grupo familiar é de cerca de sete mil reais⁷, e sim o ápice, o cume, o pináculo: os beneficiários do enriquecimento espetacular, que se alçam à condição de donos de ativos na casa dos sete ou oito dígitos. É essa casta que venceu a guerra e que agora perpetua o seu triunfo por meio de uma complexa e intrincada estrutura de poder.

Nesse ponto, é preciso esclarecer que o sujeito que obteve sua riqueza por mérito próprio ou o bem nascido que tão só administra seu legado sequer lutaram essa guerra. Não causaram dano, não vitimaram ninguém. O rico é um sujeito a ser prestigiado no nosso modo de produção capitalista, pois seu poder de investimento, se bem direcionado, cria empregos, enseja oportunidades e faz gerar renda no seu meio circundante.

Notícia divulgada recentemente em vários jornais brasileiros, a partir de um estudo encomendado pela *Tax Justice Network*⁸, aponta que os brasileiros detêm a quarta maior fortuna do mundo em paraísos fiscais. De acordo com relatório daquela entidade, “os super-ricos” brasileiros titulam o equivalente a um terço do PIB em contas *off-shore*, ou seja, livres de tributação e de supervisão pelo Banco Central.

Parte significativa desses recursos advém de monumentais transferências irregulares de recursos públicos para o setor privado, à semelhança daquelas investigadas na recente operação “Lava-Jato”, de conhecimento geral. Seja advinda da remessa ilegal de recursos particulares, seja oriunda de dinheiro desviado de estatais ou do próprio erário, o estudo citado estimou essa fortuna bilionária mantida de forma criminosa por brasileiros no exterior: em 2011, haveria cerca de 520 bilhões de dólares em paraísos fiscais.

Não obstante uma demonstração de maior rigor na esfera penal por parte do STF e de algumas instâncias ordinárias, no âmbito civil, a localização e o repatriamento desses recursos, quando transferidos para o estrangeiro, ou mesmo o seu bloqueio em território nacional, são bastante problemáticos. Paralelamente ao expediente lícito de fazer usos dos vários recursos que eternizam uma demanda judicial, há a prática ilegal de blindagem patrimonial: transferem-se bens para terceiros, opera-

7 Para ser exato, R\$ 6.563,73, de acordo com dados de 2011 da ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

8 Rede de Justiça Fiscal, em uma tradução livre.

-se no mercado financeiro por prepostos, utilizam-se cartões de crédito expedidos por bancos situados em paraísos fiscais. E os meios legais de cobrança perdem-se nos complexos meandros do processo e dos seus meios de impugnação.

A ferramenta Bacen-Jud, do modo como vem sendo manuseada, somente atinge pequenos empresários fracassados e assalariados em geral. Os pobres estão, realmente, perdendo no Brasil. Nesse ponto, cabível desenvolver um tópico que sumarize o início do processo de acumulação de capital que redundou na desigualdade que hoje se verifica.

2 O Estado ausente da questão social: capitalismo sem peias

Quando Friedrich Engels (1820-1895) chegou a Londres, em 1842, foi surpreendido pelas condições degradantes em que vivia a classe operária inglesa. Parcelas cada vez maiores de camponeses que migravam para a cidade marginalizavam-se rapidamente, perdendo seu referencial anterior e passando a habitar moradias insalubres.

Membro de tradicional família alemã, Engels surpreendeu a Inglaterra quando de sua chegada em pleno processo de substituição da mão de obra humana pelas máquinas. No século XVIII, a tecelagem e a costura eram feitas quase que artesanalmente, em pequenas oficinas familiares. A partir do início do século XIX, não só o algodão passou a ser tratado industrialmente, como também a lã, o linho e a seda. Todavia, o resultado mais importante da transformação industrial foi o advento do proletariado inglês⁹.

Em Manchester, 70% dos habitantes eram operários, moradores de bairros sujos e degradados¹⁰. Não raro, recebiam comida e mercadoria

9 Na Roma antiga, o rei Sêrvio Túlio fez uso da expressão “proletários” (*proletarii*) para descrever os cidadãos de classe mais baixa, que não tinham propriedades e cujo único proveito para o Estado era gerar proles (filhos) para engrossar as fileiras das legiões. No século XIX, o termo voltou a ser utilizado por socialistas, anarquistas e comunistas para identificar a classe dos desprovidos de meios de vida do capitalismo industrial.

10 Em função da menor força física exigida dos trabalhadores com o advento das máquinas, homens eram demitidos e, em seu lugar, eram contratadas mulheres e crianças, a quem se podia pagar salários ainda mais miseráveis. Por essa época, eram comuns jornadas de trabalho de 12 a 16 horas por dia.

estragada de estabelecimentos mantidos pelos próprios industriais. Engels chegou a afirmar que, comparada à escravidão da Antiguidade, a situação do proletário era pior: este era vendido não de uma vez só e a apenas um senhor, como o escravo, mas comercializado em partes, todos os dias. Não pertencia, assim, a uma pessoa somente, mas a toda uma classe abastada, numa espécie de condomínio demoníaco. E não era só: o patrão assumia o papel de legislador absoluto, sempre respaldado pela força pública¹¹ e pelos tribunais, já que os juízes compartilhavam com o capitalista a mesma origem burguesa.

Nesse contexto de exploração intensa, não havia tempo para família ou filhos, nem mesmo para as necessidades corporais e espirituais. A burguesia, segundo Engels, era uma classe corrompida. Já Karl Marx (1818-1883) afirmava que o capital, se não lhe são colocados freios, trabalha sem escrúpulos e sem misericórdia “para rebaixar cada vez mais a classe operária”.

Conforme acentua Masi¹²:

O primeiro ensinamento que veio do liberalismo é que o livre mercado, tomado ao pé da letra, resulta em desastre. Nós hoje sabemos que a ação individual, na busca do próprio bem-estar, é insuficiente para garantir a prosperidade econômica da sociedade. [...] O estado deve ditar as regras para que o jogo não se torne sempre vantajoso para apenas um jogador.

O livre mercado tem verdadeira ojeriza à autorregulação e, se é eficiente em produzir riquezas, é extremamente falho em distribuí-la. Tende a propiciar grande acumulação de capital, que por sua vez enseja exclusão e mais desigualdade. Se a tributação justa – ou seja, que respeite a capacidade contributiva de cada um e obedeça as balizas constitucionais – é um remédio eficaz para combater a tendência concentradora de renda desse modelo, é preciso também estabelecer critérios para limitar e disciplinar o uso das ferramentas que concretizam o poder fiscal do Estado, entre as quais se destaca o Bacen-Jud. Assim como se protege a

11 Tal situação era recorrente no mundo ocidental e provocou ecos no Brasil em inícios do século XX. É por demais conhecida a máxima de Washington Luis “a questão social é uma questão de polícia”.

12 MASI, op. cit, p. 353.

sociedade dos excessos do livre mercado, é preciso resguardá-la também do exagero arrecadatário dos entes tributantes, que numa situação limite pode implicar em supressão da própria propriedade e incentivar uma sucessão de violências perpetradas por agentes do Estado.

3 Totalitarismo comunista: terror de Estado

Com o Manifesto do Partido Comunista de 1848, resultado da associação de Engels ao conterrâneo Karl Marx, procurou-se ensejar uma organização revolucionária apta a realizar, por intermédio da luta de classes (operariado x capitalistas), um modelo de sociedade que viesse justamente a suprimi-las.

Essa organização, segundo Marx e Engels, jamais poderia ser socialista. Os socialistas eram considerados muitos gentis e pacíficos, uma vez que apenas admitiam como via para as mudanças a persuasão da opinião pública, e não a ruptura radical com o *status quo*. A grande dificuldade prática seria a mobilização da classe trabalhadora, visto que, de acordo com os dois pensadores, o trabalho acabava por gerar alienação, o que impedia o engajamento político e a possibilidade de mudança.

Tal alienação assumiria vários matizes. Primeiro, o operário torna-se estranho ao próprio produto, pois, quando termina a produção de um objeto na fábrica, esse objeto já não é seu, passando a lhe ser indisponível. Ele produzirá para a classe dos capitalistas objetos maravilhosos; no entanto, jamais poderá possuí-los. O operário é, também, alienado do próprio trabalho, já que é o patrão que decide tudo. Ele não se realiza, não se desenvolve, por vezes resume-se tão só a um apêndice da máquina.

Por fim, Marx e Engels sugerem que o trabalhador fabril também se torna alienado de si mesmo e de sua espécie, pois o modelo capitalista cria contraposição de um operário a outro: eles não são vistos como vítimas comuns de um sistema de produção opressor, mas como adversários e mesmo competidores por algo escasso, o emprego¹³.

13 Os crescentes ganhos tecnológicos advindos do avanço da ciência e da técnica provocam desemprego, e os trabalhadores alijados do processo produtivo acabam por formar um exército industrial de reserva.

Friederich Engels sobreviveu por doze anos à morte de Marx, cunhando a expressão “Materialismo Histórico”, que não havia sido referida antes por seu companheiro de ideais. Pelo materialismo histórico, entende-se que a história é movida pelas relações sociais de produção, que são de natureza econômica. Contudo, não adiantava tão somente descrever um modelo: seria necessário, também, transformá-lo. Era preciso, pois, buscar a transformação prática da sociedade. Era preciso que a classe dos trabalhadores preponderasse sobre a classe dos capitalistas¹⁴. Era necessário, finalmente, que se instaurasse uma ditadura do proletariado, para só então se alcançar uma sociedade sem classes, na qual reinasse a solidariedade.

Por incrível que pareça, a ditadura foi instaurada não na Alemanha, pátria natal dos dois pensadores, nem na Inglaterra, berço da revolução industrial que tomou conta de toda a Europa e depois do mundo, mas na atrasada, distante e semifeudal Rússia. Pode-se dizer que, antes de Marx e Engels, o motor revolucionário do mundo era francês; com a sua atividade intelectual, passou a ser alemão e, finalmente, tornou-se russo. Nesse momento, é que entra em cena a dupla Lênin e Stalin.

O irmão mais velho de Lênin foi enforcado por ter participado de uma conspiração contra o czar, o que o impactou diretamente. Ele exerceu forte militância na segunda internacional comunista e criou a facção bolchevique, idealizadora do método do centralismo democrático. Por esse método, toda decisão era discutida em profundidade previamente, mas, uma vez aprovada, deveria ser compulsoriamente observada por todos.

Os bolcheviques tomaram o poder em outubro de 1917, derrubando o governo moderado de Kerensky, que havia assumido o governo em março, após a abdicação do czar. Lênin, líder supremo da revolução,

14 Segundo Marx e Engels, havia tão somente a facção dos burgueses e a facção dos proletários. As duas massas constituíam duas classes objetivamente contrapostas, duas classes em si. Para eles, os proletários deviam tornar-se classe “por si”, tomando consciência da sua própria situação objetiva e criando para si próprios uma organização eficiente, visto que a classe burguesa já se organizava nesse sentido, secundada pelo aparato estatal e pela religião. Conforme Marx, a classe que controla os meios de produção material controla também os meios de produção intelectual, aquilo que ele chama de superestrutura. As classes produtoras precisavam unir-se, os proletários “nada tinham a perder além de suas correntes”.

viu-se com um desafio único: construir a primeira sociedade comunista da História, criando uma organização inédita, sem nenhum molde prévio em que se inspirar. Ao contrário da promessa das religiões, ele pretendia criar o paraíso na própria Terra.

No entanto, para chegar à sociedade sem classes, era preciso antes passar por uma fase de ditadura do proletariado, em que o partido dos operários e dos camponeses exerceria um poder absoluto. “Todo o poder aos soviets”, bradava Lênin, procurando fortalecer os conselhos eletivos de operários e, em um segundo momento, os soldados – provenientes dos campos de batalha da Primeira Guerra – e os camponeses.

O excesso de trabalho atingiu sua saúde, provocando um ataque cardíaco e sua morte, em 1924. Após uma disputa interna violenta, subiu ao poder Stalin – líder muito mais autoritário, intransigente e cruel. Eliminou milhões de pequenos proprietários de terra para impor as fazendas coletivas. Promoveu expurgos no exército e entre os quadros do partido comunista, executando e deportando milhões de soviéticos.

Sob o jugo de Stalin, foram imolados todo direito humano e toda conquista da liberdade. Cada soviético virou um dócil empregado do Estado patrão, *rectius*, das elites dirigentes. Na prática, as classes não foram abolidas, apenas modificadas.

Após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, “uma cortina de ferro” desceu sobre a Europa Oriental, com todos os países a leste ingressando na órbita soviética. Em 1961, já sob o comando de Nikita Krushev, na URSS, foi erigido o muro de Berlim. A situação do operário da Europa Oriental era bem melhor do que aquela em Manchester, nos tempos da chegada de Engels, mas no Ocidente sua condição de vida melhorara visivelmente mais. Além disso, os ganhos econômicos haviam sido obtidos com a inicial violência revolucionária, que se renovava sem sinal de exaustão, gerando um estado permanente de terror.

Vê-se, assim, o acerto de Montesquieu ao asseverar que a separação dos poderes é imprescindível para a democracia e a liberdade, e como é temerário reprimir nos seres humanos – ainda que sob a justificativa do atingimento do bem comum e da segurança coletiva – o sentimento de religiosidade e a necessidade de vida privada. Com o advento do stalinismo, ficou demonstrada a extrema dificuldade de consolidar-se um modelo comunista sem recorrer à violência institucionalizada.

Exportando tais conclusões para o contexto específico do estudo que ora desenvolvo, verifico que, em uma perspectiva extrema, o uso des-criterioso do Bacen-Jud equivale, *mutatis mutandis*, a um uso atenuado do terror de estado: o Estado-Juiz, tão somente verificando que alguém deve, indisponibiliza recursos de sua conta-corrente. O executado vê-se, subitamente, privado da possibilidade de ir ao supermercado, de tomar uma condução, de pagar a luz e a água de sua casa.

Pode-se dizer, com certeza, que o bloqueio dos recursos existentes em conta-corrente é muito mais oneroso do que a penhora sobre outro bem corpóreo: ao penhorar-se um imóvel ou um veículo, salvo raras exceções, o executado fica como depositário, permanecendo na sua posse, no seu uso e gozo, enquanto o bloqueio das contas-correntes torna desde logo indisponível o ativo. Dessa maneira, priva-se o correntista de todos os direitos atinentes ao domínio, acarretando-lhe encargos moratórios por conta dos recursos que, imobilizados, não poderão mais fazer frente aos lançamentos a débito na conta bancária.

Assim como é necessário uma terceira via no embate entre o capitalismo e o comunismo, também é preciso uma posição intermediária que harmonize a necessidade de satisfação do crédito da Fazenda Pública e o imperativo de manter-se o mínimo existencial do devedor tributário.

4 Em busca de um meio termo estatal: socialismo utópico e social-democracia

Diversas correntes do chamado socialismo utópico, representado por Saint-Simon, Robert Owen e Louis Blanc, entre outros, também denunciavam a exploração dos trabalhadores e lutavam “pela educação permanente dos cidadãos nos princípios da moral social”¹⁵. Entendiam os socialistas que a base determinante do comportamento humano residia na esfera moral/ideológica e que o desenvolvimento das civilizações ocidentais estava a permitir uma nova era, na qual imperaria a harmonia social.

15 MASI, op.cit., p. 430.

Conforme acentua Masi, “o termo *socialist* apareceu pela primeira vez em 1827 na *Cooperative Magazine* de Robert Owen para indicar aqueles que enfatizavam o aspecto social das relações humanas mais que os direitos dos indivíduos”¹⁶. Owen, agraciado por Masi com o título de “o mais interessante entre os utópicos”, inovou ao defender que a eficiência empresarial dependeria muito mais do bem-estar dos trabalhadores que de sua exploração e que operário e capitalista deveriam – ao contrário de adotar uma posição de beligerância permanente – assumir uma verdadeira parceria para obter vantagens mútuas.

O autor refere que os socialistas ensinaram-nos “em primeiro lugar o amor pela humanidade. O sentimento de ‘nós’, de sentir-se parte de uma comunidade, de um arquipélago, jamais sentir-se ilhado ou solitário”¹⁷. Refere também o ensinamento plasmado na rejeição do luxo, do desperdício, das injustas desigualdades, do poder e do bem-estar separado do mérito, e atesta que aqueles homens aguerridos reivindicaram com bravura¹⁸.

as liberdades civis e os direitos sociais, a justiça e a igualdade, o sufrágio universal e o voto secreto, a igualdade entre homem e mulher, o bem-estar e a intervenção do Estado para corrigir as desigualdades, a prestação de serviços de assistência social, a garantia dos serviços básicos, essenciais para todos os cidadãos.

Friso tal passagem: “[...] intervenção do Estado para corrigir as desigualdades”. O Estado deve, sim, intervir para corrigir as anomalias causadas pela atuação individualista e excludente das forças de mercado, mas respeitando o direito de propriedade, que só deve ser suprimido em situações excepcionais, e sempre fomentando a livre iniciativa que enseje o progresso.

É esse o mote que deve orientar a aplicação da ferramenta Bacen-Jud: uso criterioso, respeitando a propriedade em sua expressão mais sucinta (mínimo existencial), mas mantendo a potencialidade para atingir tam-

16 MASI, op.cit, p. 429.

17 MASI, op.cit, p.460.

18 MASI, op.cit., p.461.

bém os devedores mais arrojados, contumazes em desenvolver técnicas para blindar seu patrimônio e colocarem-se acima dos mecanismos de coerção fazendários.

São justamente tais mecanismos de coerção fazendários – entre os quais se inclui o Bacen-Jud – os responsáveis pela arrecadação dos créditos indispensáveis para a manutenção de políticas públicas de segurança. Um Estado Social de Direito só se mantém, na atualidade, se firmemente ancorado em um Estado Fiscal capaz de assegurar, observados os ditames da justiça tributária, os recursos indispensáveis para o financiamento dessas políticas.

É o que se vê, por exemplo, nos países da Escandinávia. Um mecanismo de arrecadação tributária eficiente garantindo uma atuação estatal firme no enfrentamento de vários riscos sociais. Como acentua Masi¹⁹:

Em todos os países escandinavos, caracterizados por um alto PIB per capita, um sistema generoso de garantias de bem-estar social gera o efeito desejado: isto é, uma distribuição bastante igual da riqueza com uma distância bastante tolerável entre ricos e pobres.

O estudo do Estado Fiscal Contemporâneo – no bojo do qual se insere a ferramenta Bacen-Jud, pressuposto do Estado de Bem-Estar Social praticado nas nações nórdicas – é melhor realizado mediante a comparação entre as práticas atuais e os modelos sumarizados nos tópicos antecedentes.

No estágio atual de desenvolvimento estatal, o cidadão, mais do que simples “camarada” ou mão de obra barata para o capitalista industrial, passou a ser muito mais proativo e cômico de sua posição perante o Estado. Não há mais mera relação de poder entre o Estado e os seus residentes, com a justificação de condutas marcadas pelo autoritarismo e pelo arbítrio *no jus imperium*, e sim relação jurídica pontilhada de direitos e deveres de parte a parte. É o que abordaremos no tópico seguinte.

19 MASI, op. cit, p. 381.

5 Estado Fiscal contemporâneo como pressuposto de Estado Social de Direito

Pode-se afirmar, por conseguinte, que também as relações com o fisco vêm se desenvolvendo sob a proteção dos direitos fundamentais, adquirindo especial significado o papel do princípio da dignidade humana²⁰. Tal princípio possui eficácia irradiante na definição e no alcance do mínimo existencial, entendido como detentor de uma dupla face: proteção negativa contra a tributação em excesso e proteção positiva ao constituir-se o ser humano como destinatário de um conjunto mínimo de prestações no que concerne à seguridade e à educação fundamental.

Neste particular, Ricardo Lobo Torres ressalta que o conceito de mínimo existencial está ligado ao conceito de liberdade, uma vez que não há alternativas de escolha em condições mínimas de sobrevivência. A preponderância do valor da dignidade da pessoa humana e da conservação do mínimo vital funda-se sobre a ideia da solidariedade social.²¹

O grande paradoxo é que o tributo, historicamente, sempre esteve associado à perda dessa mesma liberdade. Na Antiguidade, povos vencidos deveriam pagar tributos aos vitoriosos, como contrapartida por não terem sido arrasadas suas aldeias e plantações ou mesmo por não terem sido feitos escravos pelos agressores²².

Durante a consolidação do Estado Nacional, a situação se manteve, com a renda dos tributos direcionada basicamente para o benefício exclusivo de determinados estamentos – o imperador, a nobreza, o alto clero – em detrimento do interesse coletivo. Essa situação somente veio a alterar-se a partir do século XVIII, com o influxo das ideias iluministas.

20 Conforme expressa disposição do artigo 1º, III, da Constituição, é fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana.

21 Nos termos do art. 3º da Constituição, é objetivo da República brasileira a construção de uma sociedade que seja livre, justa e solidária.

22 É justamente daí que vem o termo “tributo”, cuja etimologia remete a “repartir por tribos”, ou seja, dividir os despojos e os resultados da guerra por entre as tribos que, conduzidas por um líder guerreiro, lograram obter o êxito militar com vistas a garantir a expropriação de produtos agrícolas, metais preciosos e outros bens.

Surgiram, então, em consequência da concretização do pensamento iluminista, os estados liberais clássicos, cujas constituições positivavam uma série de deveres de abstenção por parte do Estado, entendidos como direitos de primeira geração, mas que também permitiram – como se viu – a exploração desumana de grandes contingentes de miseráveis. A partir do término da Primeira Guerra Mundial, todavia, passaram a figurar nos textos constitucionais os direitos sociais – direitos à prestação na área de saúde, previdência e assistência social – bem como os direitos trabalhistas advindos da pressão exercida pelos trabalhadores e do temor das classes dirigentes de que pudesse ser adotado, em cada país, um modelo político-econômico semelhante ao soviético.

O modelo social brasileiro é extremamente dispendioso, seja em função da falta de recursos da maioria da população, seja por conta da má administração desses mesmos recursos e dos desvios de toda a ordem. A pressão da despesa pública – e a pouca disciplina fiscal dos três entes tributantes – acaba por ensejar necessidades de arrecadação crescentes, bem como a adoção de mecanismos rigorosos para a constrição de ativos penhoráveis, com destaque para a ferramenta Bacen-Jud.

Dessa maneira, o nosso Sistema Tributário, entendido em seu sentido amplo, tem se ocupado quase que com exclusividade da questão arrecadatória, em detrimento dos valores maiores da Justiça Fiscal e da Segurança Jurídica.

Na obra *Clash! – 8 conflitos culturais que nos influenciam*²³, os autores são enfáticos ao apontarem nosso país como o possuidor do menor grau de confiança interpessoal da América do Sul. Considerando que os sul-americanos já perfazem o povo mais desconfiado da face da Terra, tem-se que uma atuação estatal que prime pela possibilidade do bloqueio de valores em conta-corrente de qualquer cidadão, sem a predefinição de requisitos mínimos consistentes, irá expandir assustadoramente esse já alto grau de desconfiança. Qual será o grau de confiabilidade do cidadão no Estado, que falha em lhe proporcionar os mais elementares serviços de saúde, educação e segurança, mas não hesita em lhe indisponibilizar a conta-corrente tão logo verifique que os tributos devidos não ingressaram em seu caixa único?

23 CONNER, Alana; MARKUS, Hazel Rose. *Clash! – 8 conflitos culturais que nos influenciam*. São Paulo: Elsevier, 2013.

Conclusão

Da análise dos modelos de vida apresentados por Masi, viu-se que o Estado liberal burguês do século XIX permitiu – e por vezes até encorajou – a exploração de grandes contingentes de trabalhadores por uma minoria, enquanto o Estado totalitário da primeira metade do século XX restringiu – e em alguns casos chegou a suprimir – os direitos humanos mais elementares em nome de uma pretensa segurança de Estado.

Esta segunda década do século XXI, por sua vez, encontra praticamente toda a parte ocidental do mundo inserida num contexto democrático até então inédito. A democracia representativa, não obstante as dificuldades que variam conforme o horizonte cultural de cada país, é capaz de propiciar aos cidadãos um nível de liberdade inimaginável para nossos antepassados.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o grande desafio da contemporaneidade é administrar a própria liberdade. O maior problema deste início de século, não apenas no Brasil, mas em todo o Ocidente, é que os interesses contrapostos nunca estiveram em tamanha ebulição. Na nossa sociedade complexa, multifacetada e plural, os conflitos crescem exponencialmente, enquanto a capacidade para resolvê-los tende a ser linear.

Todos querem “tudo ao mesmo tempo agora”, como salientado na parte introdutória, e esse querer extremado induz a uma cultura de litigiosidade excessiva, que precisa ser mitigada com temperamento de ânimos e espírito de conciliação. Em épocas de recessão, como a que ora se avizinha, quando o dinheiro escasseia e a capacidade de autocomposição também tende a diminuir, crescem as expectativas sociais acerca do papel do Estado, que não deve ser nem máximo nem mínimo, mas eficiente.

Um Estado eficiente passa necessariamente por um Judiciário mais eficaz, que por seu turno demanda juízes mais preparados, flexíveis com o manejo simultâneo dos mecanismos da efetividade do processo e da segurança jurídica. Juízes que saibam situar-se “mais próximos à vida do que do dogm”, conforme já ressaltou José Calvo Gonzalez, autor do referido livro *Direito Curvo*.

A curvatura como síntese jurídica pode ser compreendida mediante as transformações operadas nas relações entre as partes, do rigorismo do modelo capitalista até a sociedade plúrima atual, do desprezo ao indivíduo ínsito ao regime totalitário à afirmação dos direitos e da liberdade de ação própria do século XXI. Tal curvatura concretiza-se não somente na relativização do *pacta sunt servanda*, mas principalmente nas tendências de privatização do direito público e de publicização do direito privado, e representa uma boa metáfora para o impacto da pós-modernidade na aplicação da norma positiva.

É nesse contexto multifacetado que o juiz deve aplicar a ferramenta Bacen-Jud, atentando para as especificidades do caso concreto e tendo como norte a realização do valor justiça, ainda que a ideia que dela temos possa oscilar. Se o papel do magistrado hoje é fazer concretizar os direitos expressos na Constituição e inserir no cidadão uma vontade de apaziguamento social, deve procurar compatibilizar o tecnicismo da profissão com uma maior humanidade, afastando a atuação estatal daqueles modelos tendentes a restringir e limitar os direitos humanos, vistos no decorrer deste artigo.

De nada adianta resolver a lide processual, bloqueando valores na conta-corrente do executado para satisfazer o credor fazendário, se não for equacionada, concomitantemente, a lide sociológica que subjaz ao processo. Justiça, na falta de uma definição mais consensual, é o que o Direito almeja tornar-se quanto todos nós, juizes e jurisdicionados, possamos atingir outro patamar de civilização. Um juiz melhor é um juiz mais humanizado. O magistrado que sabe apenas Direito sequer compreende o Direito.

Referências bibliográficas

BIELSA, Rafael. *Estudios de Derecho Publico*. Buenos Aires: Depalma, 1951, vol II, p.93 apud.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. *Proibição de Tributos com Efeito de Confisco*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006, p. 23.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. *Sociologia do Direito*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

CONNER, Alana; MARKUS, Hazel Rose. *Clash! – 8 conflitos culturais que nos influenciam*. São Paulo: Elsevier, 2013.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. *Princípio do Estado Constitucional Democrático de Direito*. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 95, p. 184, 2004.

GONZÁLEZ, José Calvo. *Direito Curvo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

MASI, Domenico. *O Futuro Chegou*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário*, vol. III, Os Direitos Humanos e a Tributação: Imunidade e Isonomia. São Paulo: Renovar, 2000.